

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E DIREITO DE FAMÍLIA

JULIANA BORGES REZENDE

Advogada graduada pela Faculdade de Direito Milton Campos
OAB/MG: 98.216

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTRIÇÃO JUDICIAL DE BENS DE EMPRESA. TEORIA DO *DISREGARD*. EM SEDE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL, BASEADO EM ACORDO SOBRE PARTILHA DE BENS CELEBRADO ENTRE O CASAL LIGANTE, MANTÉM-SE A CONSTRIÇÃO DE BENS DE EMPRESA ONDE PARTICIPA O EXECUTADO, CONFORME PROVA EXISTENTE NOS AUTOS. APLICAÇÃO DA TEORIA DO *DISREGARD*. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO, POR MAIORIA, VENCIDO O RELATOR, LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ REJEITADA, A UNANIMIDADE. (7FLS.) (Agravado de Instrumento Nº 70003291598, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Carlos Stangler Pereira, Julgado em 29/11/2001).

1. Introdução

O acórdão em epígrafe remete-nos à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, originária dos países anglo-saxões, especialmente da Inglaterra e dos Estados Unidos. No Brasil, a teoria está prevista no direito tributário e em várias legislações ordinárias, tais como: Lei nº 8.078/90, Lei nº 8.884/94, Lei nº 9.605/98, Lei nº 9.615/98 e Código Civil (CC).

A doutrina conceitua a desconsideração da personalidade jurídica como o meio pelo qual se despreza a personificação da sociedade, constituída pelo registro, permitindo-se o seu afastamento para haver a responsabilização direta dos sócios. O intuito é apenas torná-la ineficaz para determinados atos e não declará-la nula para qualquer fim.

Assim, com a desconsideração da personalidade jurídica, responsabiliza-se, patrimonialmente, os sócios, os diretores e os diretores que atuaram fraudulentamente.

Em relação à natureza jurídica do instituto, diversas teorias tentam explicar a *disregard of legal entity*. Podemos destacar, entre elas, a teoria da fraude contra credores, a do enriquecimento sem causa e a teoria do abuso de direito. Prevalece na doutrina a teoria do abuso de direito, na qual há abuso de direito quando alguém de excede no exercício de um direito, ofendendo a moral, os bons costumes e a ordem pública.

2. O acórdão

Refere-se o acórdão à possibilidade de aplicar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do direito de família. Nesse caso, com a desconsideração da autonomia patrimonial e da personalidade da empresa do cônjuge sócio, obteve-se a partilha de bens do casal de forma justa e equânime.

Podemos observar que ocorreu a denominada desconsideração da personalidade jurídica inversa. Assim, afastou-se o princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica para responsabilizar a sociedade e seus bens por obrigações assumidas pessoalmente pelo sócio.

Cumpramos lembrar que, na desconsideração da personalidade jurídica “tradicional”, despreza-se temporariamente a autonomia da personalidade jurídica a fim de viabilizar a responsabilidade do sócio com seu patrimônio pessoal pelos atos abusivos ou fraudulentos perpetrados na sociedade.

Saliente-se que o Ministério Público possui um papel fundamental como *custos legis*, neste tópico do direito de família já que, de acordo com o art. 50 do Código Civil, está legitimado juntamente com a parte a requerer a desconsideração da personalidade jurídica quando houver interesse de incapazes, nos termos do art. 82, I, do CC. Assim, não podendo o juiz decretá-la *ex officio*, caberá ao Ministério Público zelar pelos interesses e direitos patrimoniais dos menores, previstos na Constituição.

É cediço que na atualidade o cônjuge varão utiliza-se de todos os subterfúgios a fim de dilapidar ou inviabilizar a meação do patrimônio do casal por meio de práticas abusivas, como, por exemplo, transferindo todos os bens para sua empresa ou registrando-os em nome de seus amigos, porém mantendo-lhes o controle.

3. Conclusão

Portanto, praticando tais condutas, o cônjuge infringe o dever de lealdade de conduta, a denominada boa-fé objetiva, prevista na Parte Geral do Código Civil de 2002 e aplicável analogicamente ao direito de família, bem como os direitos das crianças e dos adolescentes, previstos no ECA e na Lei Maior.

Por fim, não podemos olvidar o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, pilar de todo o direito brasileiro. Esse princípio restará infringido quando ao

cônjuge e à prole não restar patrimônio mínimo para lhes proporcionar uma existência digna e proporcional ao esforço perpetrado na constituição da família. Cabe ao Ministério Público impedir que práticas abusivas alcancem êxito nas demandas de direito de família.

4. Referências bibliográficas

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. *Direito Civil Teoria Geral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

RESTIFFE, Paulo Sérgio. *Manual do Novo Direito Comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.

SAID CAHALI, Yussed. *Mini Códigos*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.